

PIAUI NIQUEL METAIS S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Com as correspondentes informações do exercício anterior – 2024

Conteúdo

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras	3
Balanços Patrimoniais	6
Demonstrações do Resultado	7
Demonstrações do Resultado Abrangente	8
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	9
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	10
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas da Piauí Níquel Metais S.A.

Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Piauí Níquel Metais S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Piauí Níquel Metais S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações financeiras.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota 2.2 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 42.352 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e, conforme balanço patrimonial nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo em R\$ 18.561 mil. Conforme apresentado na Nota 2.2, esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

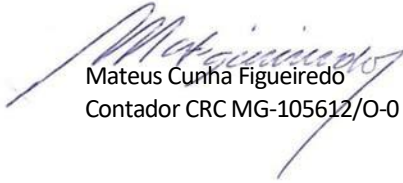
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 4 de maio de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-MG



Mateus Cunha Figueiredo
Contador CRC MG-105612/O-0

Piauí Níquel Metais S.A.

Balanco Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de reais – R\$)

	Notas	2025	2024
Ativo			
Ativo circulante		19.098	19.154
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.010	3.147
Estoques	5	12.932	13.569
Impostos a recuperar	6	718	627
Aplicações financeiras restritas	22	1.137	-
Outros ativos circulantes		301	1.811
Ativo não circulante		556.308	454.964
Depósitos judiciais		368	305
Impostos a recuperar	6	144	593
Direito de uso — arrendamentos	9	330	847
Mútuos com partes relacionadas	21	46.765	49.200
Imobilizado	7	156.126	155.597
Intangível	8	352.575	248.422
Total do ativo		575.406	474.118
Passivo e patrimônio líquido			
Passivo circulante		37.659	36.603
Fornecedores	10	11.975	10.381
Obrigações trabalhistas e sociais	11	7.239	6.632
Obrigações tributárias		3.015	1.736
Arrendamentos a pagar	9	426	577
Obrigações relativas a direitos minerários adquiridos	12	14.362	16.576
Outras contas a pagar		642	701
Passivo não circulante		135.466	159.024
Arrendamentos a pagar	9	—	441
Provisão para reabilitação ambiental	13	9.499	8.780
Obrigações financeiras assumidas junto a terceiros	14	106.339	128.335
Provisão para riscos	15	8.757	7.471
Obrigações relativas a direitos minerários adquiridos	12	10.522	13.696
Outras obrigações de longo prazo		349	301
Total do passivo		173.126	195.627
Patrimônio líquido			
Capital social	16	750.822	597.331
(-) Capital a integralizar	16	-	-
Pagamento baseado em ações	16	46.034	33.384
Prejuízos acumulados		(394.576)	(352.224)
Total do patrimônio líquido		402.280	278.491
Total do passivo e patrimônio líquido		575.406	474.118

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Piauí Níquel Metais S.A.

Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais – R\$)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
	Nota	2025	2024
Receita líquida	17	-	4.521
Custo dos produtos vendidos	18	-	1.536
Resultado bruto		-	6.057
Despesas com vendas	18	(35)	(504)
Despesas gerais e administrativas	18	(57.331)	(50.719)
Outras despesas operacionais	19	(10.318)	(29.910)
Despesas operacionais		(67.684)	(81.133)
Resultado operacional		(67.684)	(75.076)
Receitas financeiras	20	32.903	22.729
Despesas financeiras	20	(7.571)	(69.552)
Resultado financeiro líquido		25.332	(46.823)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		(42.352)	(121.899)
Impostos de renda e contribuição social		-	-
Prejuízo líquido		(42.352)	(121.899)
Prejuízo por ação – Em R\$	16	(13,16)	(43,63)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Piauí Níquel Metais S.A.

Demonstração do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais – R\$)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE			
	Nota	2025	2024
Prejuízo líquido		(42.352)	(121.899)
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado abrangente total		(42.352)	(121.899)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Piauí Níquel Metais S.A.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais – R\$)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
	Capital social	(-) Capital a integralizar	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	422.582	(5.602)	17.529	(230.325)	204.184
Integralização de capital	174.749	5.602	-	-	180.351
Plano de pagamento baseado em ações	-	-	15.855	-	15.855
Prejuízo do exercício	-	-	—	(121.899)	(121.899)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	597.331	-	33.384	(352.224)	278.491
Integralização de capital	153.491	-	—	-	153.491
Plano de pagamento baseado em ações	-	-	12.650	-	12.650
Prejuízo do exercício	-	-	-	(42.352)	(42.352)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	750.822	-	46.034	(394.576)	402.280

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Piauí Níquel Metais S.A.

Demonstração do Fluxo de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 – Método Indireto (Em milhares de reais – R\$)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA — MÉTODO INDIRETO			
	Nota	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado do exercício		(42.352)	(121.899)
Depreciação e amortização		517	7.643
Provisão para realização de estoques	5	204	597
Juros sobre passivos de arrendamento	9	71	112
Encargos financeiros sobre obrigações relativas a direitos minerários adquiridos	12	(5.388)	5.619
Juros e variação cambial sobre mútuo concedido a partes relacionadas	21	2.435	(13.905)
Encargos financeiros sobre obrigações financeiras assumidas com terceiros	14	(21.995)	52.619
Encargos financeiros sobre provisão para recuperação ambiental	13	195	437
Provisão para riscos	15	1.286	1.340
Pagamentos baseado em ações (Stock Options)	16	12.650	15.855
Baixa de imobilizado e intangível		-	4.204
Variações nos ativos e passivos operacionais:			
Estoques	5	433	2.681
Impostos e contribuições a recuperar	6	358	10.870
Outros ativos		1.447	828
Fornecedores	10	1.594	(2.946)
Obrigações trabalhistas	11	607	3.522
Juros pagos sobre passivos de arrendamento	9	(71)	(112)
Obrigações tributárias		1.278	266
Outras obrigações		(11)	84
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(46.741)	(32.185)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Investimentos em aplicações financeiras	22	(1.137)	-
Aquisição de imobilizado	7	(5)	(11.224)
Aquisição de intangível	8	(104.153)	(129.952)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(105.294)	(141.176)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos de arrendamentos	9	(592)	(6.736)
Obrigações financeiras assumidas junto a terceiros	14	-	-
Integralização de Capital		153.491	180.351
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		152.899	173.615
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		863	254
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		3.147	2.893
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		4.010	3.147
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		863	254

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional

A Piauí Níquel Metais S.A. (“Piauí Níquel”, “PNM” ou “Companhia”), é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais. A Companhia é integralmente controlada pela Brazilian Nickel Limited (“BRN”) com sede no Reino Unido e tem como objeto social (a) a exploração, prospecção, mineração, transformação e comércio de recursos minerais de todos os tipos; (b) a importação e exportação de bens e produtos relacionados com ou necessários para as atividades listadas no item (a); (c) a exploração e o desenvolvimento de depósitos minerais em todo o território brasileiro; e (d) o investimento em outras empresas envolvidas nas atividades listadas nos itens (a) a (c) acima. O complexo minério-industrial que compõe a infraestrutura e apoio ao empreendimento está localizado no município de Capitão Gervásio Oliveira.

A Companhia é detentora de direitos de exploração de uma jazida de níquel (Processo DNPM 804.290/1970), localizada no município de Capitão Gervásio Oliveira, no Estado do Piauí, com reservas minerárias estimadas de 731.000 toneladas de níquel (não auditado). Atualmente, a Companhia está operando uma planta demonstração de pequena escala denominada “Projeto PNP1000”

Paralelamente, a Companhia iniciou o desenvolvimento de um projeto para a expansão de suas atividades voltado a exploração e produção em larga escala, denominado “Projeto Full Scale”, cujo início da operação é estimado para o ano de 2029. Uma vez iniciada a operação do Projeto Full Scale, estima-se que as atuais reservas minerárias serão consumidas em aproximadamente 30 anos.

2. Base e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade (com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas e as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), que compreendem as normas previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelos órgãos reguladores.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão e emissão das demonstrações financeiras em 4 de maio de 2026.

2.2. Continuidade Operacional

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no princípio da continuidade operacional (“going concern”), embora a Piauí Níquel Metais S.A. tenha registrado um prejuízo antes dos impostos de R\$ 42.352 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 121.899 em 2024). Adicionalmente, conforme o balanço patrimonial nessa data, o passivo circulante da Companhia excede o total do ativo em R\$ 18.561.

Durante 2024 e ao longo de 2025, a Piauí Níquel Metais (“PNM”) continuou a avançar o Projeto Piauí Níquel (“PPN”) como uma fonte de níquel e cobalto de longa vida útil e menor intensidade de carbono para a cadeia de materiais para baterias. A Administração manteve o foco na transição do projeto da fase de redução de riscos técnicos para a preparação de um futuro pacote de financiamento.

Ao longo de 2025, a Companhia registrou avanços em engenharia, licenciamento, acesso à terra, planejamento de execução, atualização de premissas de capital e custos operacionais, além do fortalecimento da estrutura organizacional..

Sob a perspectiva comercial e de financiamento, a Companhia continuou a se engajar com contrapartes estratégicas, instituições de financiamento apoiadas por governos e potenciais parceiros de *offtake* na Europa e na América do Norte. A emissão de cartas de interesse pela U.S. International Development Finance Corporation (DFC) e pela Export Development Canada (EDC), bem como a seleção da PNM em chamada pública do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) voltada a minerais estratégicos e materiais sustentáveis, reforçam a relevância do projeto dentro das cadeias ocidentais de minerais críticos. A entidade ligada ao BNDES (BNDES Participações S.A. – BNDESPAR) permanece em processo de *due diligence*.

Durante o exercício, a PNM concentrou-se nas frentes técnicas e organizacionais necessárias para avançar o PPN em direção à prontidão para construção. A desmobilização da operação em menor escala do PPN1000 permitiu concentrar recursos no desenvolvimento em escala plena e incorporar a experiência operacional acumulada ao desenho mais recente do projeto. Como resultado, foram atualizados o plano de execução, as estimativas de capital, o cronograma, a estratégia de engenharia detalhada e o plano de suprimentos.

Apesar dos avanços alcançados, o ambiente de mercado permanece desafiador. Durante boa parte de 2025, os preços do níquel continuaram pressionados, principalmente em razão do aumento da oferta proveniente da Indonésia, da forte influência chinesa nas etapas posteriores da cadeia de valor, do superávit prolongado de níquel Classe I e das mudanças nas tecnologias de baterias, que reduziram, no curto prazo, o apetite por cátodos com maior teor de níquel.

A PNM conta com o suporte financeiro de sua controladora Brazilian Nickel Limited para arcar com despesas e gastos operacionais enquanto aguarda pela conclusão do processo de financiamento do grupo.

Com base nesses fatores, os Diretores acreditam ser apropriado preparar as demonstrações financeiras com base na continuidade operacional. No entanto, os fatos mencionados indicam a existência de uma incerteza relevante, que pode gerar dúvidas significativas sobre a capacidade do grupo e da empresa de continuar operando como uma entidade em continuidade, de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal dos negócios. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes que seriam necessários caso a premissa de continuidade operacional não fosse aplicável.

2.3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional adotada pela Companhia é o Real. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Os ativos e os passivos em moeda estrangeira são inicialmente registrados à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Na data do balanço, os ativos e passivos monetários denominados em moedas diferentes da moeda funcional são convertidos pelos valores que se apresentam na data do balanço e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos e utilize certas estimativas e premissas contábeis críticas no processo de aplicação das políticas contábeis.

As estimativas e os julgamentos contábeis são revistos de forma contínua pela Administração. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste material no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir:

Valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros (Nota 5, 7 e 8): anualmente, a Companhia avalia o valor recuperável de seus ativos, entre eles os estoques, imobilizado e intangíveis;

Valor justo de instrumentos financeiros (Nota 14): o valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Assim, a Companhia avalia diversos métodos e premissas que se baseiam, principalmente, nas condições de mercado existentes na data do balanço;

Provisão para riscos (Nota 15): Conforme descrito na nota 15, a Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. As provisões são constituídas para todas as demandas que representem perdas prováveis. A avaliação de probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos;

Provisão para reabilitação ambiental (Nota 13): Como parte das atividades de mineração, a Companhia reconhece provisão face às obrigações de reparação ambiental. Ao determinar o valor da provisão, premissas e estimativas são feitas em relação às taxas de desconto, ao custo esperado para reabilitação e à época esperadas dos referidos custos;

Taxas de vida útil do ativo imobilizado (Nota 7): A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens;

Taxa incremental do arrendamento (Nota 9): A obtenção da taxa incremental sobre o arrendamento envolve julgamento e é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato.

3. Sumário das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC48 – Instrumentos financeiros.

Ativos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: (i) ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida; (iii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - instrumento patrimonial; ou (iv) ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia altere o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia possui apenas ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.
- As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente por meio do resultado.

Passivos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão, exceto no caso de passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros.

(ii) Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia possui passivos financeiros mensurados (i) ao custo amortizado, representados pelos saldos de fornecedores, arrendamentos a pagar e obrigações relativas a direitos minerários adquiridos, e (ii) ao valor justo por meio do resultado, representado pelas obrigações financeiras assumidas junto a terceiros.

(iii) Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.2. Mensuração do Valor Justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia. Quando oportuno, a Companhia classifica seus ativos e passivos utilizando a metodologia do CPC 46, cuja mensuração é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência. As premissas de mensuração do valor justo se baseiam em três níveis como segue;

- Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 – Outras informações disponíveis, exceto aquelas do nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para substancialmente a integralidade dos termos dos ativos e passivos.
- Nível 3 – Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

A Companhia analisa e atualiza de forma consistente as políticas de compras e financeira utilizando operacionalmente mapa de cotação no nível 1 e quando necessário nível 2 consubstancialmente, evidenciando o valor justo no preço da transação.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos ou outros fins.

São classificados nesse grupo os depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo com vencimentos inferiores a 90 dias, que possuem alta liquidez e são prontamente conversíveis em um montante de caixa, e possuem risco insignificante de mudança de valor, mensurado ao valor justo por meio do resultado.

3.4. Estoques

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou produção e os valores de reposição ou realização. Os custos de formação dos estoques são determinados pelos custos fixos e variáveis diretos e indiretos de produção, apropriados pelo método de custo médio e estão distribuídos entre produtos acabados e produtos em elaboração.

3.5. Ativo imobilizado

I. Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzidos dos impostos compensáveis, quando aplicável. Os custos incluem gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção desses ativos. Os custos subsequentes as aquisições dos ativos são incluídas no valor contábil dos ativos somente quando é provável que benefícios econômicos futuros relacionados com o item agregarão valor para a Companhia e ainda serem mensuráveis de maneira confiável. Todos os outros custos, incluindo custos de reparos e manutenção, são registrados no resultado do período em que são incorridos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

II. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Os itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

O sumário da vida útil dos bens do ativo imobilizado está apresentado a seguir:

	2025	2024
Edificações e benfeitorias	10 a 32 anos	10 a 32 anos
Máquinas e equipamentos	3 a 30 anos	3 a 30 anos
Veículos	5 anos	5 anos
Móveis, utensílios e computadores	05 a 10 anos	05 a 10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

3.6. Ativos intangíveis

São demonstrados ao valor de custo, deduzidos de amortização e eventuais perdas por redução ao valor recuperável, se aplicável.

Direitos Minerários

I. Despesas de exploração

Refletem, basicamente, os gastos com atividades de pesquisas geológicas necessárias ao estudo de viabilização de novos projetos de extração e são considerados despesas operacionais até que seja efetivamente estabelecida a viabilidade econômica e a exploração comercial de determinada jazida. A partir daí, as despesas incorridas são capitalizadas como direitos minerários, mensurados ao custo.

Os gastos com exploração são capitalizados somente se puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos-futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo.

Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, custos de fabricação que são diretamente

atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto.

II. Extração de estéril para acesso a depósitos de minério (custos de extração)

Os custos associados à remoção de estéril e outros resíduos incorridos durante o desenvolvimento da mina, antes da produção, são capitalizados como parte de o custo do ativo mineiro. Esses custos são amortizados ao longo da vida útil da mina. Os custos de decapagem incorridos durante a fase de produção são adicionados ao valor dos estoques, exceto quando é realizada uma campanha específica de mineração para acesso a jazidas mais profundas dentro do depósito. Nestes casos, os custos identificáveis são classificados como não circulantes quando a jazida de minério é extraída e são amortizados ao longo da vida útil da jazida.

III. Amortização dos direitos minerários

A exaustão da mina é calculada de acordo com o volume de minério extraído. As vidas úteis e o valor residual dos ativos são revistos no final do período de relato e ajustados de forma prospectiva, quando apropriado.

IV. Pesquisa e desenvolvimento

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos com desenvolvimento de tecnologias relacionadas ao Projeto Full Scale são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada baseada na vida útil do projeto (reservas) e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

3.7. Provisão para recuperação ao valor recuperável do ativo (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido de seus principais ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas e operacionais, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando-se o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

I. Ativos financeiros não-derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado sempre que necessário.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

A Empresa considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à - Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.
- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Empresa está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Empresa de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, sempre que existente, é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

II. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.8. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios (construção e operação da planta).

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo custo histórico, considerando o ajuste ao valor presente e variação cambial quando aplicável e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.9. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, geralmente igual ao custo histórico, considerando o ajuste ao valor presente e variação cambial quando aplicável, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.10. Provisões

As provisões são reconhecidas se, como resultado de um evento passado, a Companhia possui uma obrigação legal ou contratual presente que pode ser confiavelmente estimado, e é provável que um desembolso ocorra em momento futuro para fazer face às obrigações.

As provisões são determinadas pelo desconto a valor presente dos fluxos de caixa estimados com base em uma taxa, excluída de efeitos fiscais, que reflitam as condições correntes de mercado para avaliação do dinheiro no tempo e o risco atrelado ao passivo específico.

I. Provisão para contingências

A provisão para contingências, quando aplicável, são constituídas em montantes considerados suficientes para fazer face a eventuais insucessos quando, baseado na opinião de assessores jurídicos, for caracterizado como provável o risco de perda em ações judiciais ou administrativas.

II. Provisões para desmobilização de ativos, recuperação socioambiental e socioeconômica

A provisão para reabilitação ambiental é reconhecida utilizando o método do custo amortizado usando uma taxa de juros livre de risco ao valor justo relativo da provisão. Esta provisão é o resultado de custos futuros estimados de descomissionamento e reintegração relacionados à planta de demonstração e acampamento. A provisão é ajustada ao longo do tempo pelo acréscimo de juros e revisões nos custos estimados, incluindo despesas de descomissionamento e reintegração, baseadas em planos de fechamento, requisitos legais e melhores práticas ambientais. O valor justo relativo da provisão é revisado periodicamente, e os ajustes são registrados no passivo e, geralmente, contra o valor contábil do ativo relacionado.

3.11. Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida pelo valor da contraprestação recebida ou a receber, deduzida dos impostos sobre vendas, e reconhecida na extensão em que for provável a geração de benefícios econômicos para a Empresa e quando possa ser mensurada de forma confiável de acordo com CPC 47. A Companhia reconhece a receita quando o controle do bem é transferido para o cliente através do despacho da mercadoria do depósito da companhia para o cliente. Os respectivos custos são reconhecidos no resultado quando incorridos. Os adiantamentos recebidos estão incluídos nos passivos de contrato.

3.12. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras incluem, quando aplicável, rendimentos de aplicações financeiras, ganhos na venda de ativos financeiros disponíveis para venda, e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. As receitas financeiras (juros e rendimentos) são reconhecidas por competência utilizando o método dos juros efetivos.

Despesas financeiras compreendem, quando aplicável, os juros incorridos de empréstimos e financiamentos, juros incorridos sobre obrigações, e variações no valor justo de passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. As despesas financeiras são reconhecidas por competência utilizando o método dos juros efetivos.

3.13. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

I. Impostos correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido pela Companhia, no balanço patrimonial na rubrica "Imposto de renda e contribuição social a recuperar ou a recolher" pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos, o qual reflete as incertezas, se houver, na sua apuração. Ele é mensurado com base nas alíquotas de impostos vigentes na data do balanço.

II. Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Em razão da ausência de expectativa de lucros tributáveis futuros, a Companhia não vem reconhecendo nenhum ativo fiscal diferido sobre os prejuízos fiscais auferidos.

3.14. Benefícios a empregados

I. Benefícios de curto prazo a empregados

As provisões relacionadas com benefícios a empregados estão vinculadas a rubrica de obrigações trabalhistas e sociais, compostas por salários a pagar, 13º salário, férias, licença prêmio, abono assiduidade, alimentação e plano de saúde vencíveis no curso de até doze meses após o período a que se referem as demonstrações financeiras.

II. Acordos de pagamento baseado em ações

A Companhia implementou um plano de pagamento baseado em ações em contrapartida a custos de prestação de serviços de alguns executivos e colaboradores chave, certos custos são mensurados a valor justo na data do recebimento desses serviços. A Companhia utiliza o método Employee Stock Ownership Plans ou (ESOP,s) como forma de incentivo e performance, alinhando os interesses da Companhia, Colaboradores e acionistas.

3.15. Arrendamentos

A Companhia participa como arrendatária em contratos principalmente relacionados a locação de máquinas e equipamentos, veículos destinados a operação na mina e locação de imóveis administrativos. A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais ela seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento.

Para os arrendamentos para os quais não é reconhecido um ativo e passivo inicialmente, a Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa implícita no arrendamento. Se essa taxa não puder ser prontamente determinada, a Companhia adota a incremental de captação.

O passivo de arrendamento é subsequentemente mensurado aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento (usando o método da taxa de juros efetiva) e reduzindo o valor contábil para refletir o pagamento de arrendamento realizado.

A Companhia remensura o passivo de arrendamento sempre que:

O prazo de arrendamento for alterado ou houver um evento ou uma mudança significativa nas circunstâncias que resulte em uma mudança na avaliação do exercício;

Da opção de compra e, nesse caso, o passivo de arrendamento é remensurado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada;

Os pagamentos de arrendamento são alterados devido às mudanças no índice ou na taxa ou uma mudança no pagamento esperado no valor residual garantido, sendo, nesse caso, o passivo de arrendamento é remensurado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto não alterada (a menos que a mudança nos pagamentos de arrendamento resulte da mudança na taxa de juros variável, sendo, nesse caso, utilizada a taxa de desconto revisada).

3.16. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

O ajuste a valor presente de ativos e passivos é aplicado visando garantir que os valores contábeis reflitam seu valor presente líquido, considerando a valorização temporal do dinheiro. Esse processo envolve a aplicação de taxas de desconto apropriadas, baseadas nas taxas de mercado atuais e nas características específicas dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Essa prática é fundamental para proporcionar uma análise financeira precisa da empresa, facilitando a tomada de decisões estratégicas alinhadas com as condições econômicas vigentes.

3.17. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido quando a Empresa possui uma obrigação presente de transferir um recurso econômico como resultado de evento passado. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 (doze) meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.18. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

Principais normas e emendas:

IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas e cinco categorias na demonstração de lucro e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.

As medidas de desempenho definidas pela Administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.

Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Empresa, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Empresa também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 E IFRS 7)

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2025	2024
Conta Corrente	16	-
Aplicações de liquidez imediata	3.994	3.147
Total	4.010	3.147

O saldo de aplicações financeiras refere-se a aplicações automáticas dos valores disponíveis em conta corrente, possuem resgate automático e remuneração que podem variar de 95% a 100% da variação dos certificados de depósito bancários – CDI, dependendo do prazo em que os recursos permanecerem aplicados.

5. Estoques

	2025	2024
Produto em elaboração	259	259
Produto acabado	2.408	2.439
Materiais e insumos	10.469	11.468
(-) Provisão para redução ao valor realizável líquido	(204)	(597)
Total	12.932	13.569

A movimentação da provisão para valor realizável líquido está demonstrada a seguir:

	2025	2024
Saldo inicial	(597)	(17.204)
Provisão	(204)	(597)
Reversão	597	17.204
Saldo final	(204)	(597)

Em 2025, a provisão para realização dos estoques constituída no exercício anterior foi revertida. No mesmo período, a Companhia reavaliou o valor realizável líquido dos estoques remanescentes com base na variação do preço de mercado do níquel, resultando no reconhecimento de uma nova provisão. Durante o exercício não houve produção nem vendas.

6. Tributos a recuperar

	2025	2024
PIS e COFINS a recuperar	705	1.053
Outros impostos a recuperar	157	167
Total	862	1.220
Circulante	718	627
Não Circulante	144	593

A Companhia mantém créditos de PIS e COFINS cuja realização se dará pela compensação de outros tributos federais conforme previsto na legislação fiscal. A composição dos créditos inclui bens e serviços utilizados como insumo durante a produção da PNP1000, nos termos do art. 3º, incisos II, III e IX, das Leis nº 10.637/2002 e 10.833/2003 e, também, de ativos imobilizados, inclusive máquinas e equipamentos, de acordo com as regras estabelecidas pelos incisos VI e VII do mesmo dispositivo legal.

Em 2025, a Companhia reavaliou sua expectativa de aproveitamento dos créditos tributários e, devido a esse fato, compensou parte desses créditos neste exercício.

7. Imobilizado

A composição do imobilizado está demonstrada a seguir:

	2025			2024
	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo	Saldo
Edificações e Instalações	93.327	(4.113)	89.214	89.214
Máquinas e equipamentos	60.342	(7.536)	52.806	52.803
Outros ativos imobilizados	2	-	2	-
Ativos em construção (a)	7.721	-	7.721	7.721
Total	161.392	(11.649)	149.743	149.738
Custo de reabilitação ambiental (b)	6.383	-	6.383	5.859
Total	167.776	(11.649)	156.126	155.597

- (a) Os gastos registrados na rubrica “Ativos em construção” estão relacionados, principalmente, ao projeto denominado “PPN – Projeto Piauí Níquel” e referem-se à supressão vegetal, ampliação do alojamento e custos com o pessoal alocado a esse projeto.
- (b) Os custos para reabilitação ambiental referem-se aos gastos ambientais estimados para recuperação das áreas degradadas em função da atividade minerária e desmobilização de ativos e sua apropriação ao resultado é realizada de acordo com a exaustão da mina (vida útil da reserva).

A movimentação do ativo relativo ao custo de reabilitação ambiental está apresentada a seguir:

	2025	2024
Saldo inicial	5.859	7.232
Adição	—	—
Remensuração (i)	524	(1.373)
Saldo final	6.383	5.859

- (i) A Companhia revisa o cálculo do custo de reabilitação ambiental, considerando a nova vida útil estimada da mina na data das demonstrações financeiras, as novas áreas a serem lavradas e os investimentos necessários para alcançar esses objetivos.

Detalhes adicionais acerca da provisão para reabilitação ambiental encontra-se disponível na Nota 13.

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

	Ativos em Construção	Edificações e Instalações	Máquinas e Equipamentos	Outros Ativos	Total
Saldo em 31/12/2023	20.218	65.619	50.727	3.021	139.585
Adições	3.968	9.241	1.007	1.324	15.540
Baixas	-	-	(16)	(4.187)	(4.203)
Transferências	(16.465)	14.735	1.464	266	-
Depreciação	—	(381)	(379)	(424)	(1.184)
Saldo em 31/12/2024	7.721	89.214	52.803	-	149.738
Adições	-	-	3	2	5
Saldo em 31/12/2025	7.721	89.214	52.806	2	149.743

A Administração não identificou alterações significativas na vida útil-econômica dos bens que integram seu ativo imobilizado.

Em 2025, a Companhia suspendeu temporariamente a depreciação da planta piloto PNP1000 em razão da interrupção de sua operação regular para reconfiguração técnica e realização de estudos adicionais voltados ao desenvolvimento da futura planta em escala industrial. Durante esse período, os ativos permanecem sob controle técnico, com manutenções corretivas e preventivas destinadas a preservar sua integridade física e operacional. Informações sobre os custos relacionados estão apresentadas na nota de Outras Despesas Operacionais.

Na data de encerramento destas demonstrações financeiras, a Administração entendeu que não houve desvalorização de seus ativos tangíveis, uma vez que não se evidenciou nenhum dos fatores indicativos de perdas conforme pronunciamento CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Não há ativos dados em garantia direta para empréstimos e financiamentos da Companhia.

8. Intangível

A composição do intangível está demonstrada a seguir:

	2025	2024
Direitos minerários	11.907	11.907
Gastos com pesquisa e desenvolvimento (i)	340.668	236.515
Total	352.575	248.422

- (i) Os gastos com pesquisa e desenvolvimento abrangem gastos relacionados ao desenvolvimento dos projetos de mineração, entre eles: engenharia detalhada, salários e benefícios (que englobam remuneração e encargos sociais para os profissionais diretamente envolvidos nas atividades de P&D), despesas com transporte e acomodações, entre outros.

A movimentação do intangível está demonstrada a seguir:

	Dir. Minerários	Gastos P&D	Total
Saldo em 31/12/2023	11.907	106.563	118.470
Adição	—	129.952	129.952
Saldo em 31/12/2024	11.907	236.515	248.422
Adição	—	104.153	104.153
Saldo em 31/12/2025	11.907	340.668	352.575

Na data de encerramento destas demonstrações financeiras, a Administração entendeu que não houve desvalorização de seus ativos tangíveis, uma vez que não se evidenciou nenhum dos fatores indicativos de perdas conforme pronunciamento CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos

9. Direito de uso – Arrendamento / Arrendamentos a pagar

A movimentação dos direitos de uso está demonstrada a seguir:

	2025	2024
Saldo inicial	847	7.305
Adição	-	-
Amortização	(517)	(6.458)
Saldo final	330	847

Os passivos de arrendamento foram mensurados ao valor presente dos pagamentos previstos em contrato, descontados a valor presente por meio da taxa média incremental de 10,00% a.a.

A movimentação dos passivos de arrendamentos está demonstrada a seguir:

	2025	2024
Saldo inicial	1.018	7.754
Adição	-	-
Juros provisionados	71	112
Pagamentos	(663)	(6.848)
Saldo final	426	1.018
Circulante	426	577
Não Circulante	-	441

O cronograma de vencimento dos passivos de arrendamentos é como segue:

	2025	2024
12 meses	426	577
24 meses	-	441
Saldo final	426	1.018

10. Fornecedores

Refere-se, principalmente, a serviços e insumos contratados voltados a pesquisa e desenvolvimento da planta industrial piloto e de tecnologias relacionadas a extração e processamento do níquel.

	2025	2024
Fornecedores nacionais	10.917	10.316
Outros	1.058	65
Total	11.975	10.381

11. Obrigações trabalhistas

	2025	2024
Salários a pagar	5.006	1.833
Encargos sociais a pagar	2.234	1.092
Provisão de férias e encargos	—	3.707
Total	7.239	6.632

12. Obrigações relativas a direitos minerários adquiridos

Em 11 de abril de 2003, a Vale S.A. (então denominada Companhia Vale do Rio Doce – CVRD) firmou um acordo com a José da Luz Coelho Ltda. (“JLC”) para exploração da jazida conhecida como “São João do Piauí”, relativa ao processo DNPM 804.290/1970, em contrapartida ao pagamento de uma parcela inicial fixa, no montante de USD 2.500, e uma parcela variável a ser calculada a partir da produção futura extraída da jazida até sua exaustão.

Em 18 de dezembro de 2013, a Companhia, a Vale S.A. e JLC celebraram um aditivo ao contrato inicial, no qual a Vale S.A. transferiu para a Companhia a sua posição para exploração da referida jazida, bem como todos os direitos, obrigações, ações, privilégios e garantias assumidas perante a JLC.

Adicionalmente, em razão do aditivo firmado, a Companhia se comprometeu a pagar a Vale S.A. um montante de USD 6.000M, condicionados ao atingimento de determinados marcos do projeto, dos quais USD 3.500 já haviam sido quitados pela Companhia. O saldo remanescente, equivalente a USD 2.500 está condicionado a captação dos recursos necessários pela Companhia para construção do projeto de exploração da mina denominado PPN – Projeto Full Scale.

Em 14 de novembro de 2025, a Fênix Minerais S/A anteriormente denominada JLC, formalizou Notificação Extrajudicial requerendo o pagamento da referida quantia USD 2.500, com fundamento na Cláusula primeira do item 1.3 do contrato, tendo em vista que a produção comercial ainda não se iniciou e a constituição em mora já havia sido formalizada em abril de 2023 mediante notificação. A Companhia mantém o valor provisionado em seus demonstrativos financeiros pelo montante atualizado, aguardando a definição da controvérsia judicial para liquidação da obrigação.

Em 2025, a Companhia revisou a metodologia de atualização do referido passivo, passando a considerar a aplicação de IPCA até o vencimento da obrigação e, posteriormente, a incidência de SELIC, de forma não cumulativa, o que resultou na redução do saldo anteriormente registrado e na reversão parcial do passivo no período.

Em razão da Administração entender ser provável o desembolso da parcela remanescente devida a Vale S.A., o referido montante encontra-se provisionado pela expectativa de desembolso futuro, trazido a valor presente por uma taxa de desconto equivalente a 13,23% em 2025 (12,31% em 2024). O prazo estimado de desembolso é obtido com base na expectativa de início da construção do projeto.

A composição das obrigações por contraparte é como segue:

	2025	2024
JLC	14.362	16.576
Vale S.A.	10.522	13.696
Total	24.884	30.272

A movimentação dos valores devidos está demonstrada a seguir:

	2025	2024
Saldo inicial	30.272	24.653
Variação Cambial	(3.401)	2.851
Reversão Juros (JLC)	(4.211)	—
Juros	2.224	2.768
Saldo final	24.884	30.272

O vencimento das obrigações relativas a direitos minerários adquiridos é como segue:

	2025	2024
Entre 01 e 12 meses	14.362	16.576
Entre 12 e 36 meses	10.522	13.696
Total	24.884	30.272

13. Provisão para Reabilitação Ambiental

A Companhia possui provisão para recuperação ambiental no montante de R\$9.499 (R\$8.780 em 2024), que abrange as áreas degradadas durante seu processo de exploração mineral.

Os gastos estimados levam em consideração a expectativa da Administração para o fechamento de mina e consideram as ações necessárias para o descomissionamento das estruturas e a reabilitação de áreas afetadas pela exploração minerária, de modo que impactos e passivos ambientais sejam o menor possível e possibilitando o uso futuro sustentável das áreas. Os gastos apresentados foram estimados a partir do levantamento técnico, juntamente com o reconhecimento da realidade ambiental e condições das áreas degradadas. As estimativas de gastos, bem como a área afetada pela exploração mineral, são revistas periodicamente ajustando-se, sempre que necessário, os valores já contabilizados.

Para determinação da provisão, os gastos projetados foram atualizados com base na inflação, por meio do IPCA, equivalente a 4,26% ao ano em 2025 (4,83% ao ano em 2024). A movimentação da provisão para reabilitação ambiental e cronograma de vencimento está demonstrada a seguir:

	2025	2024
Saldo inicial	8.780	9.716
Adição	-	-
Remensuração (i)	524	(1.373)
Juros sobre reabilitação	195	437
Saldo final	9.499	8.780

	2025	2024
24 meses	9.499	8.780
36 meses	-	-
Saldo final	9.499	8.780

(i) Durante o exercício de 2025, a Companhia revisou as estimativas relacionadas aos custos de reabilitação ambiental da área minerária, considerando a vida útil estimada da mina, as áreas a serem lavradas e os investimentos necessários para o cumprimento das obrigações ambientais. Como resultado dessa revisão, a provisão para reabilitação ambiental foi ajustada em R\$524, com contrapartida no custo do ativo relacionado, em conformidade com o IFRIC 1 / ICPC 12.

14. Obrigações Financeiras Assumidas Junto a Terceiros

Em 14 de setembro de 2017, a Companhia celebrou um contrato financeiro junto a Ecora Resources PLC ("Ecora"), no montante de USD 72.000, visando obter recursos para financiar o projeto de exploração mineral da jazida de São João do Piauí e, em troca dos recursos a serem recebidos, a Companhia se comprometeu a pagar a Ecora um percentual de royalties a ser calculada a partir das vendas futuras do minério extraído da jazida desde o início da produção até sua exaustão.

De acordo com o contrato firmado, ficou estipulado que o desembolso dos recursos pela Ecora se daria em 3 tranches distintas, sendo a primeira no valor de USD 2.000, ocorrida em setembro de 2021, a segunda no valor de USD 7.500, ocorrida em novembro de 2023 e, uma última tranche, no valor de USD 62.500, ainda não efetivada. Em contrapartida aos desembolsos efetuados, a Ecora passou a ter direito a receber um percentual equivalente a 1,25% sobre a receita bruta futura em razão da primeira tranche e outros 0,35% sobre a receita bruta futura em razão da segunda tranche, totalizando um percentual total de 1,6% da receita bruta futura. Caso a terceira tranche se efetive, a Ecora fará jus a um percentual adicional equivalente a 2,5% da receita bruta futura.

As obrigações financeiras assumidas pela Companhia junto a Ecora em função do contrato firmado foram mensuradas pelo seu valor justo, considerando a receita bruta futura, levantada a partir do plano de negócios elaborada pela Administração, trazida a valor presente por uma taxa apropriada equivalente a 20.0%, que reflete a taxa interna de retorno (*Internal Rate of Return*) do referido contrato.

O passivo relativo aos royalties foi mensurado pelo método do Valor Presente Esperado (E-PV). A taxa de desconto foi definida com base em dados observáveis de mercado, considerando uma amostra de emissores comparáveis com perfil de risco de crédito em grau especulativo. Para o exercício de 2025, foram consideradas predominantemente referências de mercado internacional para emissores classificados na faixa CCC, com aplicação de critérios de seleção para exclusão de outliers e instrumentos com características não comparáveis.

Os fluxos de caixa projetados foram ponderados de acordo com as probabilidades atribuídas a cada cenário. Em conformidade com a IFRS 9, o instrumento foi classificado na categoria "Valor Justo por meio do Resultado" (FVTPL).

A estrutura probabilística adotada replica a metodologia previamente aplicada pela Ecora Resources neste mesmo ativo (PNP), priorizando a decomposição dos riscos por meio de cenários distintos em vez de ajustes exclusivamente na taxa de desconto. O modelo contempla quatro cenários-base, com distribuição de 55% (business plan), 10% (pessimista), 10% (otimista) e 25% (interrupção). A definição dos pesos reflete uma análise integrada de fundamentos técnicos, condições de mercado e o estágio de maturidade do projeto.

A movimentação dos valores a pagar em razão da obrigação financeira está apresenta a seguir:

	2025	2024
Saldo inicial	128.335	75.715
Encargos financeiros – ajuste a valor justo	(8-145)	31.284
Variação Cambial	(13.850)	21.336
Saldo final	106.339	128.335

O vencimento das obrigações financeiras assumidas junto a terceiros está ancorado no plano de exploração da mina, no âmbito do Projeto Piauí Níquel, sendo que os pagamentos têm início estimado para o final de 2029.

15. Provisão para Riscos

	2025	2024
Processos judiciais cíveis (i)	599	550
Processos judiciais trabalhistas (i)	-	-
Passivos contingentes trabalhistas (ii)	8.158	6.921
Total	8.757	7.471

(i) A PNM é parte em determinados processos cíveis e trabalhistas decorrentes do curso normal de seus negócios e discute esses processos tanto na esfera administrativa quanto na judicial. A provisão para riscos é apoiada por depósitos judiciais, quando aplicável. As provisões para perdas potenciais decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração da PNM, com base na opinião de seus assessores jurídicos, considerando os prováveis desembolsos de caixa para cada processo.

(ii) A PNM, por meio de seus assessores jurídicos, avaliou uma provisão relacionada à contratação de pessoas jurídicas para cargos de liderança dentro da Companhia. Foi determinado que há uma probabilidade de perdas devido à prestação de serviços para atividades normalmente consideradas como emprego. No caso de uma ação judicial, a PNM pode ser obrigada a reconhecer o vínculo empregatício desses prestadores de serviço e pode estar sujeita a inspeções e penalidades administrativas. Tais penalidades podem incluir multas, bem como o reconhecimento formal da relação de emprego, o que pode resultar na obrigação da PNM em formalizar os contratos de trabalho e pagar todos os encargos trabalhistas associados referentes aos últimos cinco anos.

Além disso, há uma presunção de irregularidades anteriores e de reconhecimento da unidade contratual. É importante observar que o prazo prescricional para quaisquer reclamações trabalhistas é de dois anos a partir da rescisão do contrato de trabalho, durante o qual um empregado pode reivindicar valores não pagos dos últimos cinco anos. Para contratos de trabalho em vigor, o prazo prescricional é de cinco anos.

A movimentação da provisão para riscos está demonstrada a seguir:

	2025	2024
Saldo inicial	7.471	6.131
Adições	1.286	1.340
Reversões	-	-
Baixas	-	-
Saldo final	8.757	7.471

Causas com risco de perda possível (não provisionadas)

Além das contingências provisionadas, a Administração, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos, acompanha processos classificados como de perda possível, para os quais não são constituídas provisões conforme as práticas contábeis vigentes (CPC 25 / IAS 37). Em 31 de dezembro de 2025, o valor estimado dessas contingências totalizam R\$ 3.000 para processos cíveis, R\$ 1.050 para processos trabalhistas e R\$ 4.300 para processos tributários.

16. Patrimônio Líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia totalizada R\$750.822 (R\$597.331 em 2024), dividido em 3.482.700 ações ordinárias nominativas (3.174.138 ações ordinárias nominativas em 2024), distribuídas entre os sócios da seguinte forma:

Acionistas	Qtd. de ações	%
Brazilian Nickel Limited	3.482.700	100,00%
Total	3.482.700	100,00%

O montante de capital social subscrito e não integralizado pela Brazilian Nickel Limited totaliza, em 31 de dezembro de 2025, R\$0,22 (R\$5.602 em 2024).

Pagamentos baseados em ações (“Stock Options”)

A Companhia possui um programa de remuneração de executivos e funcionários que consiste em outorgar direitos a valorização de ações (“*Stock Options*”). O Plano de outorga de ações estabelece os termos e condições para a outorga de ações ordinárias de emissão da Companhia, sujeitas a determinadas termos e condições.

A Companhia possui dois programas de distintos, sendo um voltado aos Diretores/Executivos denominado como “Planos Individuais” e outro voltado aos Empregados de forma geral, denominado como “ESOP”.

Os pagamentos baseados em ações e liquidados em ações para executivos e funcionários da Companhia são mensurados pelo valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da outorga. A determinação do valor justo das opções de compra outorgadas a todos beneficiários do programa, considera o desenvolvimento de estimativas específicas das premissas para cálculo dos valores justos desses instrumentos, incluindo o preço da ação objeto, preço do exercício da opção, taxa de juros livre de mercado, taxa de dividendos, volatilidade, tempo de vida dos instrumentos, período de carência.

A avaliação do valor justo das opções de compra outorgadas foi mensurada através do método de Black & Scholes, considerando os seguintes parâmetros:

Descrição	Valor
Data de outorga	01/02/2024 a 10/07/2024
Preço da ação	USD 0,78
Preço de exercício	N/A
Data de exercício	31/07/2025 a 31/01/2027
Data de vencimento	31/07/2031 a 01/02/2033
Opções outorgadas	3
Volatilidade	72,37% a 43,10%
Dividendos	N/A
Prazo da opção	N/A
Taxa livre de risco	3,64% a 3,84%
Valor justo da opção	USD 0,30 a USD 0,52

A movimentação de instrumentos outorgados e liquidados durante o exercício é como segue (em números de opções emitidas):

	Planos Individuais 2025	Planos Individuais 2024	ESOP 2025	ESOP 2024
Saldo inicial	10.116.096	8.730.226	2.518.830	2.389.468
Outorgadas durante o exercício	1.649.854	1.785.870	89.353	129.362
Liquidadas durante o exercício	(61.620)	(400.000)	—	—
Expirado durante o exercício	(44.730)	—	—	—
Saldo final	11.659.600	10.116.096	2.608.183	2.518.830

O saldo do programa em 31 de dezembro de 2025 é R\$46.034 (R\$33.384 em 31 de dezembro de 2024), sendo reconhecido o montante de R\$12.650 referente a despesa das ações na data do vesting (R\$15.855 em 2024).

Resultado por ação:

O resultado por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível ao acionista da Companhia, pela quantidade média ponderada das ações ordinárias emitidas durante o período,

	2025	2024
Resultado atribuível aos acionistas	(42.352)	(121.899)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas	3.218.932	2.793.630
Prejuízo básico e diluído por ações – em R\$	(13,16)	(43,63)

17. Receita operacional líquida

	2025	2024
Receita bruta de vendas (i)	—	4.694
Deduções de vendas (ii)	—	(173)
Receita líquida	—	4.521

(i) Durante o exercício de 2025, a Companhia não realizou comercialização de estoque de níquel.

(ii) Refere-se aos valores de royalties devido em função dos contratos firmados com a Ecora Resources PLC e a Vale S.A.

18. Custos e despesas por natureza

	2025	2024
Insumos	—	(2.221)
Gastos com pessoal	(19.977)	(17.992)
Serviços prestados por terceiros	(17.172)	(17.618)
Pagamentos baseados em ações (Stock Options)	(12.650)	(15.855)
Provisão para valor de realização de estoques (Nota 5)	—	17.204
Manutenção	—	(462)
Locação e aluguéis	(195)	(2.297)
Transportes	—	(87)
Materiais diversos	—	(1.308)
Energia elétrica	—	(1.081)
Depreciação e amortização	(532)	(1.294)
Provisão para contingências	(1.238)	(1.941)
Outros	(5.603)	(4.735)
Total	(57.366)	(49.687)
Custos dos produtos vendidos	—	1.536
Despesas com vendas	(35)	(504)
Despesas gerais e administrativas	(57.331)	(50.719)

19. Outras despesas operacionais

	2025	2024
Ajustes de inventários	—	(3.021)
Gastos pré-operacionais não capitalizáveis (i)	(10.345)	(25.119)
Outros	27	(1.770)
Total	(10.318)	(29.910)

(i) Gastos pré-operacionais não capitalizáveis por natureza

	2025	2024
Insumos	6	3.561
Gastos com pessoal	6.834	9.660
Serviços prestados por terceiros	2.166	3.395
Manutenção	207	740
Locação e aluguéis	382	2.998
Materiais diversos	132	1.581
Energia elétrica	350	1.734
Depreciação e amortização	—	917
Outros	268	533
Total	10.345	25.119

Em 2025, devido à não operação do projeto PNP1000, todos os custos a ele relacionados foram apropriados diretamente no resultado. Esses custos incluem despesas com pessoal, serviços prestados por terceiros, materiais, energia elétrica e outros gastos administrativos. As informações detalhadas sobre as despesas por natureza estão apresentadas na Nota 18.

20. Resultado Financeiro

	2025	2024
Juros sobre mútuos	3.077	3.536
Variação cambial ativa	29.586	19.086
Outras receitas financeiras diversas	240	107
Total receitas financeiras	32.903	22.729
Encargos financeiros sobre provisão para recuperação ambiental	(195)	(437)
Encargos financeiros sobre arrendamentos a pagar	(71)	(112)
Valor justo sobre passivo de direitos minerários adquiridos	4.553	(2.769)
Encargos financeiros sobre obrigações financeiras com terceiros	7.220	(31.385)
Variação cambial passiva	(18.806)	(34.245)
Outras despesas financeiras	(273)	(604)
Total despesas financeiras	(7.571)	(69.552)
Resultado financeiro	25.332	(46.823)

21. Partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas conforme condições acordadas entre as partes e estão apresentadas a seguir:

	2025	2024
Ativo		
Mútuo a receber de partes relacionadas (i)	46.765	49.200
	46.765	49.200
Resultado		
Receita de vendas (ii)	-	4.521
Concessão de mútuos	49	-
Encargos financeiros sobre mútuos a receber (i)	3.032	3.536
Variação cambial sobre mútuos a receber (i)	(5.516)	10.369
	(2.435)	18.426

Mútuo a receber de partes relacionadas

A Companhia mantém contratos de mútuos junto à Brazilian Nickel PLC. Os referidos contratos têm como moeda referencial o USD e estão sujeitos a incidência da taxa USD LIBOR para seis meses acrescida de um spread de 2,5% ao ano sobre o saldo devedor, calculados pro rata temporis desde a data de desembolso até a data do efetivo pagamento.

	2025	2024
Saldo inicial	49.200	35.295
Adições	49	-
Provisão de juros (a)	3.032	3.536
Variação Cambial (a)	(5.516)	10.369
Valores cedidos	-	-
Valores recebidos	-	-
Saldo final	46.765	49.200

Juros e variações cambiais totalizam R\$(2.435) em 2025 (R\$ 13.905 em 2024).

(ii) Operações de venda

No exercício anterior, a Companhia realizou transações de venda de produtos acabados junto à TechMet-Mercuria S.A., subsidiária da TechMet Ltd., uma das acionistas da Brazilian Nickel Limited. O preço de venda é fixado em 76% do conteúdo final de níquel, com base na menor média mensal publicada pela LME Nickel. Durante o exercício de 2025 não foram realizadas transações dessa natureza.

A movimentação do saldo de vendas está demonstrada a seguir:

	2025	2024
Receita de vendas	-	4.521
Saldo final	-	4.521

Remuneração do pessoal chave da administração

Em 2025, a remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que abrangem os seus Diretores Estatutários, totalizou R\$10.745 (R\$4.440 em 2024).

22. Aplicações financeiras

A Companhia mantém aplicações financeiras vinculadas à prestação de garantias contratuais.

Em 29 de maio de 2025, foi emitida carta de fiança bancária pelo Itaú Unibanco S.A., em favor do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, com o objetivo de garantir obrigações relacionadas ao contrato de uso do sistema de transmissão de energia elétrica.

A referida garantia possui as seguintes características principais:

- Valor limite: R\$ 1.058
- Data de vencimento: 29 de maio de 2026
- Objeto: garantia de pagamento de encargos relacionados ao uso da rede básica e demais obrigações contratuais junto ao ONS

Para viabilizar a emissão da carta de fiança, a Companhia mantém aplicações financeiras vinculadas junto à instituição financeira, as quais não estão disponíveis para uso irrestrito durante o período de vigência da garantia.

Adicionalmente, o instrumento contratual prevê a existência de caução associada à garantia, sem baixa automática, evidenciando que a liberação dos recursos vinculados depende do cumprimento das obrigações contratuais e de formalização junto à instituição financeira.

Dessa forma, tais aplicações estão classificadas no ativo circulante e possuem vencimento contratual inferior a 12 meses, em razão da restrição de liquidez associada à garantia.

Nos termos do contrato, a instituição fiadora compromete-se a honrar eventuais inadimplementos da Companhia até o limite estabelecido, sendo posteriormente sub-rogada nos direitos do credor.

A Administração avalia que não há indícios de execução da garantia na data-base das demonstrações financeiras.

A movimentação das aplicações financeiras vinculadas está demonstrada a seguir:

	2025	2024
Saldo inicial	—	—
Aplicações	1.058	—
Atualização de IOF	(3)	—
Atualização de IRRF	(59)	—
Rendimentos	141	—
Saldo final	1.137	—

Os rendimentos e encargos tributários referem-se às aplicações financeiras vinculadas à carta de fiança.

23. Instrumentos financeiros

Classificação contábil e valores justos

A classificação dos instrumentos financeiros por categoria está apresentada a seguir

CLASSIFICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS			
Instrumento	Mensuração	2025	2024
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes	Custo amortizado	4.010	3.147
Aplicações financeiras restritas	Custo amortizado	1.137	-
Mútuo com partes relacionadas	Custo amortizado	46.765	49.200
Total ativos financeiros		51.912	52.347

Passivos financeiros			
Fornecedores	Custo amortizado	11.975	10.381
Passivos de arrendamento	Custo amortizado	426	1.018
Obrigações relativas a direitos minerários adquiridos	Custo amortizado	24.884	30.272
Obrigações financeiras assumidas junto a terceiros	Valor justo por meio do resultado (Nível 3)	106.339	128.335
Total passivos financeiros		143.624	170.006

A Companhia adota a mensuração a valor justo para as obrigações financeiras assumidas junto a terceiros. O valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue;

Nível 1 - Utiliza preços observáveis (não ajustados) para instrumentos idênticos em mercados ativos, os quais a Empresa possa ter acesso na data de mensuração.

Nível 2 - Utiliza preços observáveis em mercados ativos para instrumentos similares, preços observáveis para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais os inputs são observáveis.

Nível 3 - Instrumentos cujos inputs significativos não são observáveis. A Empresa não possui instrumentos financeiros nesta classificação.

A Administração entende que os demais instrumentos financeiros, tais caixa e equivalentes de caixa, mútuo com partes relacionadas, fornecedores, passivos de arrendamentos e obrigações relativa a direitos minerários adquiridos, os quais são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado.

As divulgações e informações adicionais acerca das obrigações financeiras assumidas junto a terceiros está na nota explicativa nº 14.

Fatores de risco financeiro

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado. A Administração tem responsabilidade para o estabelecimento e supervisão da estrutura de risco.

A estrutura de gerenciamento de riscos foi estabelecida para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposto, para definir limites de riscos, controles apropriados e procedimentos adequados para monitorar os riscos e aderência aos limites estabelecidos. Por meio de treinamento e procedimentos de gestão, a Companhia busca desenvolver um ambiente adequado de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas financeiras caso uma contraparte em um instrumento financeiro não cumpra suas obrigações contratuais. Este risco está basicamente associado aos saldos mantidos junto as instituições financeiras (depósitos bancários e aplicações financeiras).

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máximo ao risco de crédito, sendo que a exposição máxima ao final do exercício está apresentada a seguir:

	2025	2024
Caixa e equivalente de caixa	4.010	3.147
Aplicações financeiras restritas	1.137	-
Mútuo com partes relacionadas	46.765	-

Os saldos mantidos de conta corrente e aplicações financeiras são mantidos junto a bancos e instituições financeiras conceituados pelo mercado.

A Companhia entende que o saldos a receber de partes relacionadas não resultam em risco de crédito que levem ao reconhecimento de provisão para perda esperada de crédito conforme CPC 48.

(ii) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função de diferença dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. Para isso a Companhia elabora análise de fluxo de caixa projetado e revisa periodicamente as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pela área financeira, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa não descontados contratados referentes aos passivos financeiros, em 31 de dezembro de 2025, por faixas de vencimento, correspondentes ao período de remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

Em 31/12/2025

	Saldo	12 m.	24 m.	36 m.	48 m.	>48 m.
Fornecedores	11.975	11.975	-	-	-	-
Passivo de arrendamento	426	426	-	-	-	-
Obrigações financeiras assumidas junto a terceiros	106.339	-	-	-	-	106.339
Obrigações relativas a direitos minerários adquiridos	24.884	14.362	-	-	-	10.522

Em 31/12/2024

	Saldo	12 m.	24 m.	36 m.	48 m.	>48 m.
Fornecedores	10.381	10.381	-	-	-	-
Passivo de arrendamento	1.018	577	441	-	-	-
Obrigações financeiras assumidas junto a terceiros	128.335	-	-	-	-	128.335
Obrigações relativas a direitos minerários adquiridos	30.272	-	-	-	-	30.272

(iii) Risco de mercado

Risco relativo à variação da taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de oscilações do CDI e SELIC em razão dos saldos mantidos em aplicações financeiras e de uma parcela das obrigações relativas aos direitos minerários adquiridos.

A análise de sensibilidade dos juros sobre a exposição líquida as oscilações do CDI e da SELIC utilizou, como cenário provável (Cenário I), as taxas referencias obtidas no site do Banco Central do Brasil (<https://www.bcb.gov.br>), em 31 de dezembro de 2024, e os cenários II e III levaram em consideração um incremento nestas taxas de 25% e 50%,

respectivamente. Os resultados, em valor nominais, são como seguem:

	Cenário I Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Exposição líquida passiva ao CDI	9.231		
CDI	14,32%	17,90%	21,48%
Despesas líquidas com juros (R\$ mil)	1.322	1.652	1.983

Risco relativo à variação cambial

A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de operações em moeda estrangeira, vinculadas principalmente ao dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre das operações de mútuo em aberto e de uma parcela das obrigações relativas aos direitos minerários adquiridos.

A Companhia elabora análise de sensibilidade dos ativos e dos passivos contratados em moeda estrangeira, em aberto no fim do período, considerando o câmbio vigente em 31 de dezembro de 2025. Assim, o cenário I considerou valorização do real em 5% sobre o cenário observado em 31 de dezembro de 2025, adicionalmente, os cenários II e III foram calculados com valorização do real em 15% e 25%, respectivamente, conforme demonstrado a seguir:

31/12/2025	Exp. USD mil	Taxa câmbio	Cen. I	Cen. II	Cen. III
Exposição líquida ativa em USD mil	11.790	5,50	5,2272	4,6770	4,1268
Ganhos (perdas) no resultado (R\$ mil)			3.244	9.731	16.218

Gestão de capital

Os objetivos da Companhia, ao administrar seu capital, são os de salvaguardar a capacidade de continuidade operacional para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode rever sua política de investimento, fazer novas captações ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos.

24. Cobertura de seguros

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

25. Eventos subsequentes

Reforma Tributária no Brasil

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214, primeira etapa de regulamentação da Emenda Constitucional nº 132/2023, que institui o novo modelo de tributação sobre o consumo no Brasil, com criação do IBS (imposto compartilhado entre Estados/DF/Municípios), da CBS (contribuição federal) e do Imposto Seletivo (IS).

Transição escalonada: implementação do novo sistema a partir de 2026, com período de transição até 2033. Modelagem "por fora": IBS e CBS terão incidência por fora, exigindo revisões em processos de precificação, sistemas e divulgações financeiras. Status regulatório: o Ministério da Fazenda mantém página oficial com o andamento da regulamentação infraconstitucional e materiais técnicos. Até a data da aprovação das DFs não há impacto material imediato na mensuração dos saldos contábeis. A Companhia continuará monitorando a regulamentação e atualizará as notas quando houver efeitos quantificáveis.

Outros eventos

Os únicos eventos ocorridos são oriundos de capitalizações por meio de aportes de capital para manutenção das atividades operacionais e administrativas.

DocuSigned by:

André Simão

39F43B9BA0F3437...

DocuSigned by:

Cesar Robiny

68B4CBD8F83E42B...

André Simão Osorio de Barros
Diretor financeiro

Cesar Robiny Gonçalves - Contador
Contador | CRC-MG 127895/O